

**CONSELHO REGIONAL DOS
REPRESENTANTES COMERCIAIS
NO ESTADO DE PERNAMBUCO –
CORE-PE**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 1/2023**



FISCAL

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



**INSTITUTO
CONSULPLAN**

CARGO: FISCAL**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA**

Texto para responder às questões de **01** a **06**.

Afrontá-la, nunca

A Constituição precisa ser real, e não peça abstrata para quem vive nas periferias urbanas.

Celebramos hoje os 35 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988. Uma oportunidade para renovação dos compromissos do Estado e da sociedade brasileira com a democracia. A Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1987 como parte do processo de transição, aprovou uma Carta capaz de espelhar a nação que buscava o amanhecer da liberdade de um Brasil desenhado com todas as cores da aquarela.

Mesmo os segmentos políticos que apontaram insuficiências na Constituinte travaram embates fortes e fizeram críticas políticas a seus próprios limites, como no tema relacionado às Forças Armadas e segurança pública, sem jamais comprometer seu processo. Ainda é ela a melhor referência de abertura e transparência do Congresso e dos demais Poderes para com a nação. Resgatá-la e valorizá-la é reforçar que o caminho da unidade entre os democratas é irrenunciável.

Ainda assim, nossa Constituição, uma das mais avançadas do mundo, que tem como premissa a dignidade da pessoa humana e o Estado Democrático de Direito, já foi objeto de 131 emendas que demonstram nítida intenção reformadora dos constituintes derivados, mesmo antes da completa regulamentação e efetivação dos princípios nela consagrados.

A Carta Magna que entrou em vigor no Brasil, carregada de um sentido de responsabilidade do Estado, obteve atenção diversa à sua observância pelos governos, no período destes 35 anos, como ajustes fiscais que aprofundaram a desigualdade econômica e social. Registrar isso é destacar que a Constituição pode ser interpretada, mas não moldada pela autoridade de cada momento, por serem os governantes eleitos que juram respeitá-la, não o contrário.

A democracia deve cumprir a promessa de superação da desigualdade, da segregação, da dependência e do racismo estrutural que definem historicamente o Brasil. A Constituição precisa ser real, e não peça abstrata para quem vive nas periferias urbanas, para as mulheres em busca da equidade e respeito, para jovens negros vítimas de violência, para assegurar a existência dos povos indígenas, a cidadania aos LGBTQIA+ e a todos aqueles e aquelas que tantas vezes são tratados como cidadãos sem direitos.

(Maria do Rosário, Deputada Federal. O Globo. Acesso em: 05/10/2023.)

Questão 01

O texto anterior foi escrito pela deputada federal Maria do Rosário e publicado no jornal O Globo, no dia 05/10/2023, dia em que se comemora o aniversário da Constituição Federal Brasileira. A partir dessas informações, é possível fazer as seguintes afirmações, EXCETO:

- A) É um texto persuasivo que possui argumentos elaborados, bem marcados e traz marcas de subjetividade, as quais expressam a opinião da autora.
- B) O texto busca conscientizar e convencer o leitor sobre a importância da Constituição de 1987 na manutenção da democracia e da cidadania brasileira.
- C) A principal finalidade do texto é noticiar as benesses da Constituição para a população, além de destacar como ela mudou a vida de muitos brasileiros.
- D) O veículo, bem como a data de publicação do texto contribuem para o processo de convencimento do leitor quanto ao valor e a importância do texto constitucional.

Questão 02

Releia o 4º§: *“A Carta Magna que entrou em vigor no Brasil, carregada de um sentido de responsabilidade do Estado, obteve atenção diversa à sua observância pelos governos, no período destes 35 anos, como ajustes fiscais que aprofundaram a desigualdade econômica e social.”* (4º§) Sobre o uso da crase, é possível afirmar que:

- A) Está correto, além de se configurar como o único registro aceitável.
- B) Está correto, pois é obrigatório o uso da crase antes de palavras femininas.
- C) Está correto, já que diante de pronomes possessivos femininos o uso da crase é facultativo.
- D) Está correto, os pronomes possessivos femininos exigem, obrigatoriamente, o uso da crase.

Questão 03

“A Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1987 como parte do processo de transição, aprovou uma Carta capaz de espelhar a nação que buscava o amanhecer da liberdade de um Brasil desenhado com todas as cores da aquarela.” (1º§) Sabe-se que o processo de comunicação envolve várias estratégias e construções na tentativa de se fazer compreendido. Uma das estratégias conhecidas é a utilização de paráfrases, ou seja, o emprego de frases sinônimas para dizer o que já fora enunciado com outras palavras. Partindo dessas considerações, assinale a afirmativa que substitui o fragmento anterior sem prejuízo de sentido.

- A) Deputados e senadores convocados em 1987, acolheram um documento denominado Constituição Federal, cujo poder reflete o povo brasileiro que reivindicava um país diverso e livre.
- B) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal de 1987 aprovaram a Constituição brasileira, cujo principal objetivo era defender a liberdade e a diversidade da nação e dos poderes legislativos.
- C) A Câmara dos Deputados, bem como o Senado Federal, em 1987, aprovaram um documento denominado Emenda Constitucional Federal, cujo poder reflete o povo que lutava por um Brasil livre.
- D) Deputados e senadores eleitos pelo voto direto em 1987, defenderam um documento denominado Emenda Constitucional Federal, cujo poder reflete o povo que lutava por diversidade e liberdade.

Questão 04

O texto de Maria do Rosário – “Afrontá-la, nunca”, carrega opiniões da autora. Contudo, ela o faz de forma modalizante, ou seja, apresenta seus pontos de vista e intenções, mas com um certo distanciamento proporcionado pela objetividade. A partir dessas considerações, assinale a alternativa em que a autora demonstra maior afastamento pessoal em relação a sua argumentação, o que é exigido em textos formais, com circulação nacional e cujo objetivo é a informação.

- A) *“Ainda é ela a melhor referência de abertura e transparência do Congresso e dos demais Poderes para com a nação. Resgatá-la e valorizá-la é reforçar que o caminho da unidade entre os democratas é irrenunciável.” (2º§)*
- B) *“A Carta Magna que entrou em vigor no Brasil, [...] obteve atenção diversa à sua observância pelos governos, no período destes 35 anos como ajustes fiscais que aprofundaram a desigualdade econômica e social.” (4º§)*
- C) *“A democracia deve cumprir a promessa de superação da desigualdade, da segregação, da dependência e do racismo estrutural [...]. A Constituição precisa ser real, e não peça abstrata para quem vive nas periferias urbanas [...]” (5º§)*
- D) *“[...] nossa Constituição, uma das mais avançadas do mundo, que tem como premissa a dignidade da pessoa humana e o Estado Democrático de Direito já foi objeto de 131 emendas que demonstram nítida intenção reformadora...” (3º§)*

Questão 05

Releia o 2º§: *“Mesmo os segmentos políticos que apontaram insuficiências na Constituinte travaram embates fortes e fizeram críticas políticas a seus próprios limites, como no tema relacionado às Forças Armadas e segurança pública, sem jamais comprometer seu processo.”* A relação de sentido estabelecida entre o vocábulo em destaque e a ideia que se segue no parágrafo é de:

- A) Explicação.
- B) Concessão.
- C) Causalidade.
- D) Consequência.

Questão 06

Releia: *“A Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1987 como parte do processo de transição, aprovou uma Carta capaz de espelhar a nação que buscava o amanhecer da liberdade de um Brasil desenhado com todas as cores da aquarela.” (1º§).* No fragmento anterior é possível estabelecer a seguinte relação de sentido:

- A) Anafórico, em que a expressão “o amanhecer da liberdade” retoma a informação enunciada anteriormente “uma carta capaz de espelhar a nação”.
- B) Catafórico, em que a expressão “uma Carta capaz de espelhar a nação” aponta para a informação a ser enunciada: “um Brasil desenhado com todas as cores da aquarela”.
- C) Metafórico, em que “amanhecer da liberdade” indica o início de um novo tempo regido pela democracia e “todas as cores da aquarela” indica a diversidade do povo brasileiro.
- D) Denotativo, quando indica, objetivamente, que a Constituição brasileira de 1987 representa os anseios democráticos, os quais contemplam a diversidade da população brasileira.

Texto para responder às questões de **07** a **10**.

35 anos de ambição democrática

A Constituição brasileira está sob ameaça dos gabinetes, dos porões e da hermenêutica.

Aniversários da Constituição de 1988 costumam ter, entre juristas, um certo tom triunfalista. Mesmo que reconheçam frustrações, balanços quinquenais raramente deixavam de enfatizar uma linha de progresso no desenvolvimento constitucional do país. Sua longevidade (a terceira maior da nossa história) seria fruto da virtude da resiliência e do compromisso com o Estado de Direito.

Essas convicções, se um dia fizeram sentido, estão abaladas neste 5 de outubro de 2023. O senso de retrocesso e de risco de ruptura cresceram na última década. Até entre juristas *pollyanna*, que olham para o mundo real e só enxergam avanços, o cenário já não está tão cor-de-rosa.

Produto da Assembleia Constituinte mais democrática que já tivemos, apesar de um Congresso pouco representativo, o texto final foi impactado pela participação de movimentos sociais. Para o bem. Houve também concessões às corporações. Para o mal.

Nessa Constituição heterodoxa e sincrética, um acordo possível acima de partidos, havia mensagem de rechaço ao passado e olhar de mudança para o futuro. A promessa de valorização da vida, da liberdade, da igualdade e da não discriminação não foi só retórica e simbólica. O texto previu motores para implementação de direitos. O SUS e o sistema de educação pública, subfinanciados, foram as maiores conquistas civilizatórias, ao lado da proteção ambiental, de comunidades indígenas e quilombolas.

O PIBB (Produto Interno da Brutalidade Brasileira) segue crescendo. A sociedade que se pretendia “fraterna, pluralista e sem preconceitos” mata como nunca. Os números de homicídios giram em torno de 50 mil por ano (quase 80% de pessoas negras). Como em nenhum outro lugar, a polícia continua a matar (quase 7.000 em 2022) e a morrer (161 policiais). Fomos vice-campeões em assassinatos de ambientalistas no ano passado. Em assassinatos de jornalistas, fomos melhores que Haiti, México e Ucrânia. Estamos entre os cinco que mais matam mulheres e crianças. Matamos pessoas trans como nenhum país.

A população carcerária cresceu 20% nos últimos cinco anos. É a terceira do mundo em números absolutos e a 14ª *per capita*. Prisões têm sido centros de treinamento gratuitos para o crime organizado, que expande seus membros no sistema político. O STF continua a manter ladrão de *shampoo* na prisão.

A Constituição de 1988 ainda busca mais operadores que lhe façam justiça. Afinal, não basta um bom texto, bons valores, boa arquitetura. O constitucionalismo precisa de autoridades que abracem a missão com apuro moral e jurídico. Nossas Casas parlamentares continuam a ser, em índices de exclusão, comparáveis a países fundamentalistas.

(Conrado Hübner Mendes, professor de direito constitucional da USP, doutor em direito e ciência política e membro do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade – SBPC. Folha de São Paulo. Acesso em: 04/10/2023.)

Questão 07

O texto “Afrontá-la, nunca” e o texto “35 anos de ambição democrática” possuem um tema em comum: o aniversário de promulgação da Constituição brasileira. A partir dessas considerações pode-se afirmar que:

- A) Embora tratem do mesmo assunto, os textos não dialogam entre si.
- B) Os textos dialogam entre si, especialmente, quanto aos resultados da Carta aprovada.
- C) Ambos os textos dialogam entre si e apontam que a Constituição é eficiente, mas está em risco.
- D) Os dois textos não dialogam entre si, mas suas conclusões convergem para a mesma significação.

Questão 08

Releia o 3º§: “Produto da Assembleia Constituinte mais democrática que já tivemos, apesar de um Congresso pouco representativo, o texto final foi impactado pela participação de movimentos sociais. Para o bem. Houve também concessões às corporações. Para o mal.” Sobre tal fragmento, analise as afirmativas a seguir.

- I. É formado a partir da elaboração de argumentos, os quais são dispostos, especialmente, pela relação de oposição.
- II. Não há marcas de pessoalidade, denotando um texto essencialmente objetivo, informativo e sem opiniões pessoais.
- III. Ao colocar o bem e o mal no mesmo patamar, o autor apresenta as duas perspectivas referentes a uma mesma questão: o texto constitucional.
- IV. O autor afirma que os grandes responsáveis pela diversidade constitucional é o Congresso, que é pouco representativo, e os movimentos sociais.
- V. Embora utilize as palavras “bem” e “mal”, o autor não associa essas ideias aos seus agentes: a participação de movimentos sociais e as concessões às corporações.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e V.
- B) I e III, apenas.
- C) II e V, apenas.
- D) III e IV, apenas.

Questão 09

“Até entre juristas pollyanna, que olham para o mundo real e só enxergam avanços, o cenário já não está tão cor-de-rosa.”

(2º§) O uso das vírgulas, sintaticamente, se justifica, pois:

- A) Marca um aposto.
- B) Separa itens com mesmo valor sintático.
- C) Marca uma oração subordinada explicativa.
- D) Marca, especificamente, um comentário do autor.

Questão 10

“Essas convicções, se um dia fizeram sentido, estão abaladas neste 5 de outubro de 2023.” (2º§). Considerando os aspectos morfológico e semântico da partícula em destaque, assinale a afirmativa de resposta em que a partícula “se” possui o mesmo sentido.

- A) Como em nenhum outro lugar, mata-se e morre-se. Os números por homicídio giram em torno de 50.000 por ano (quase 80% de pessoas negras).
- B) Se promulgada pela Assembleia constituinte mais representativa que já tivemos, a Constituição poderia contemplar a diversidade do povo brasileiro.
- C) Prisões têm sido centros de treinamento gratuitos para o crime organizado, que se expande para o sistema político. O STF continua a manter ladrão de *shampoo* na prisão.
- D) O constitucionalismo precisa de autoridades com apuro moral e jurídico que se abracem. Nossas Casas Parlamentares continuam a ser comparáveis a países fundamentalistas.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**Questão 11**

Douglas, Erick e Fabrício são fiscais em determinado conselho de representantes comerciais e marcaram uma reunião para acompanhar o processo de regularização dos representantes comerciais recém-fiscalizados. Sobre os horários de chegada de cada um dos três fiscais, são feitas as seguintes afirmações:

- Douglas chegou depois de Erick;
- Fabrício chegou antes de Douglas; e,
- Fabrício não foi o primeiro fiscal a chegar na reunião.

Se todos os fiscais chegaram em horários distintos na reunião, o primeiro, o segundo e o terceiro fiscal a comparecer na reunião foram, respectivamente,

- A) Douglas, Erick e Fabrício.
- B) Fabrício, Erick e Douglas.
- C) Douglas, Fabrício e Erick.
- D) Erick, Fabrício e Douglas.

Questão 12

Roberto é fiscal no CORE-PE e possui, em seu setor, 13 exemplares distintos do Código de Ética e Disciplina do Representante Comercial. De todos os exemplares, Roberto decidiu que manterá consigo um total de 8 exemplares e doará o restante aos demais setores do conselho. De quantas formas distintas Roberto poderá escolher os exemplares que serão doados?

- A) 1.287.
- B) 1.669.
- C) 2.574.
- D) 3.078.

Questão 13

Considere que a seguinte afirmação é verdadeira:

“Todos os representantes comerciais são fiscalizados”.

De acordo com tal afirmação, pode-se concluir que:

- A) Algum representante comercial não é fiscalizado.
- B) Todas as pessoas fiscalizadas são representantes comerciais.
- C) O conjunto dos representantes comerciais contém o conjunto das pessoas fiscalizadas.
- D) O conjunto das pessoas fiscalizadas contém o conjunto dos representantes comerciais.

Questão 14

O local da denúncia de todos os processos julgados em determinado Conselho Regional de Representantes Comerciais no último triênio pode ser resumido na seguinte tabela:

	Interior	Capital
2020	36	60
2021	24	48
2022	30	54

Selecionado aleatoriamente um desses processos, verificou-se que é um processo de 2022. Qual a probabilidade do processo sorteado ser de uma denúncia proveniente do interior do Estado?

- A) $\frac{4}{9}$
 B) $\frac{5}{9}$
 C) $\frac{5}{14}$
 D) $\frac{9}{14}$

Questão 15

Em uma repartição pública, os setores de recursos humanos, processos, tecnologia da informação e compras ficam no mesmo corredor posicionados lado a lado. Sabe-se que o setor de processos está localizado entre os setores de recursos humanos e compras. O setor de compras fica localizado entre os setores de recursos humanos e tecnologia da informação. Com base nas informações, sobre os quatro setores, pode-se afirmar que:

- A) O setor de processos é o primeiro do corredor.
 B) O setor de recursos humanos é o primeiro ou o último do corredor.
 C) O setor de compras fica localizado entre os setores de processos e recursos humanos.
 D) O setor de tecnologia da informação fica localizado entre os setores de recursos humanos e compras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CONHECIMENTOS DE DIREITO****Questão 16**

Tendo em vista que os princípios fundamentais estão expressos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, precisamente nos Arts. 1º ao 4º, assinale a afirmativa correta.

- A) O Legislativo, o Executivo e o Judiciário são Poderes da União, dependentes e harmônicos entre si.
 B) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios, constitui-se em Estado Democrático de Direito.
 C) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político; e, a independência nacional são fundamentos da República Federativa do Brasil.
 D) A prevalência dos direitos humanos; a autodeterminação dos povos; e, a não-intervenção são princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.

Questão 17

Pode-se afirmar que os direitos sociais elencados na CF/1988 visam resguardar direitos mínimos à sociedade e têm como objetivo mitigar as vulnerabilidades sociais ocasionadas pelos modos de produção capitalista. Nesse sentido, nasce para o Estado o dever de atuar positivamente na promoção desses direitos. NÃO expressa um direito social garantido constitucionalmente:

- A) Proteção em face da automação na forma da lei.
 B) Remuneração do trabalho diurno superior à do noturno.
 C) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
 D) A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Questão 18

(1) Parmênides, se ocultando, utilizou-se da *internet* para ofender publicamente a direito de personalidade de Cleópatra. (2) A Associação de Produtores Rurais do Município Z foi compulsoriamente dissolvida por decisão judicial passível de recurso, em razão de irregularidades encontradas em sua atuação. (3) Demócrito, servidor público federal, adentrou a casa de Josafá sem seu consentimento para cumprir ordem judicial durante a noite. (4) A empresa Eu Mando Aqui condicionou a contratação de Heráclito a sua filiação ao sindicato profissional. Os casos (1), (2), (3) e (4) expressam violações a direitos e garantias fundamentais indicados correta e respectivamente em:

- A) É livre a manifestação do pensamento, garantido o anonimato; as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão administrativa, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado; a casa é asilo violável do indivíduo, podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- B) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado; a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- C) É relativamente livre a manifestação do pensamento, inclusive o anonimato; as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, não exigindo, no primeiro caso, o trânsito em julgado; a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia ou a noite, por determinação judicial; ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- D) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial ou administrativa, não exigindo, no primeiro caso, o trânsito em julgado; a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia ou a noite, por determinação judicial; ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

Questão 19

A Constituição Federal prevê normas que regem os servidores públicos. Tais regras devem ser observadas por todos os entes da Federação. Sobre os direitos garantidos constitucionalmente ao fiscal do CORE, assinale a afirmativa correta.

- A) É garantido o direito à livre associação sindical.
- B) O direito de greve jamais poderá ser exercido pelo fiscal do CORE, já que o serviço público não pode ser interrompido, ainda que haja lei específica definindo limites.
- C) É permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, por ser medida mais justa.
- D) As funções de confiança são designações destinadas às atribuições de direção, chefia e assessoramento que podem ser exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo ou não, mas, neste último caso, nas condições e percentuais mínimos previstos em lei.

Questão 20

Analise as afirmativas a seguir.

- I. Deputado apresenta lei para criar cargos públicos no CORE.
- II. Projeto de Emenda à Constituição tem por objeto proposta tendente a abolir o voto obrigatório.
- III. O Presidente da República reapresenta proposta de emenda constitucional rejeitada na mesma sessão legislativa.
- IV. O Presidente da República apresenta projeto de lei para o aumento da remuneração dos servidores do CORE.

Não evidenciam vício os atos normativos apresentados apenas em

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.

Questão 21

Conforme dispõe a Lei nº 9.784/1999 e suas alterações, terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado

- A) a puérpera.
- B) pessoa com idade igual a 55 anos completos.
- C) a mulher, genitora de filhos menores, desassistida pelo Estado.
- D) pessoa portadora de neoplasia maligna, ainda que a doença tenha sido contraída após o início do processo.

Questão 22

Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração indireta, criada por lei para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado. O patrimônio inicial da autarquia é oriundo de transferências do ente que a criou, passando a pertencer à nova entidade; portanto, a natureza dos bens das autarquias é a de bens

- A) cedidos.
- B) públicos.
- C) *ad nutum*.
- D) inservíveis.

Questão 23

As disposições da Lei da Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021, são aplicáveis, no que couber, EXCETO:

- A) Aos particulares que atuarem em conjunto com agentes públicos.
- B) Àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- C) À pessoa jurídica, ainda que o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à Administração Pública.
- D) Aos sócios, cotistas, diretores e colaboradores de pessoa jurídica de direito privado que não responderam pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica.

Questão 24

A licitação dispensável ocorre quando é possível realizar a licitação, mas o legislador retira tal obrigatoriedade. Desse modo, a autoridade pública terá discricionariedade para escolher entre licitar ou não; caso opte por não licitar, ocorre a denominada contratação direta. Considerando o exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. A licitação de diminuto valor é dispensável para valores inferiores a R\$ 100.000,00 no caso de serviços de manutenção de veículos automotores.
- II. Para compras, obras e serviços contratados por consórcio público, ou por autarquia, ou fundação qualificada como agência executiva, os valores serão multiplicados por três.
- III. As contratações por dispensa de licitação por baixo valor serão preferencialmente precedidas de divulgação em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de três dias úteis, de aviso com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.
- IV. Para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há mais quatro anos, quando se verificar que naquela licitação não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.

Questão 25

A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto Lei nº 12.527/2011, estará sujeita a sanção de:

- A) Proibição temporária de participar de licitação.
- B) Recondição para outro órgão da Administração Pública indireta.
- C) Admoestação verbal cumulada com multa equivalente ao maior salário-mínimo vigente no país.
- D) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 26

A estrutura organizacional formal é apresentada pelo organograma, possibilitando visualizar como estão distribuídas as funções, os níveis hierárquicos, as linhas de comando, as autoridades, as responsabilidades, as interrelações entre as partes e os canais de comunicação.

(DIAS, 2012.)

Considerando as formas de estrutura e organização, é possível afirmar que o tipo de estrutura organizacional por processos possui como característica o agrupamento

- A) por resultados e com ênfase em produtos e serviços.
- B) conforme o tipo ou o tamanho do cliente ou comprador, com ênfase no cliente.
- C) por fases do processo, do produto ou da operação, com ênfase na tecnologia utilizada.
- D) pelo agrupamento em atividades ou funções principais, com ênfase na especialização do trabalho.

Questão 27

A terceira edição do Manual de Redação da Presidência da República (2018), com o objetivo de uniformizar os tipos de expedientes que se diferenciavam pela finalidade e pela forma, adotou nomenclatura e diagramação única para o chamado padrão ofício, cuja estrutura é apresentada de acordo com a ordem com que cada elemento aparece no documento oficial. Considerando o disposto no Manual de Redação da Presidência da República (2018), as partes do documento padrão ofício devem apresentar a seguinte ordem:

- A) Cabeçalho; local e data do documento; identificação do expediente; endereçamento; assunto; texto do documento; fechos para comunicações; numeração de páginas; e, identificação do signatário.
- B) Cabeçalho; identificação do expediente; endereçamento; numeração de páginas; assunto; texto do documento; fechos para comunicações; identificação do signatário; e, local e data do documento.
- C) Cabeçalho; identificação do expediente; local e data do documento; endereçamento; assunto; texto do documento; fechos para comunicações; identificação do signatário; e, numeração de páginas.
- D) Cabeçalho; identificação do expediente; local e data do documento; endereçamento; assunto; fechos para comunicações; texto do documento; identificação do signatário; e, numeração de páginas.

Questão 28

A comunicação tem quatro funções básicas dentro de um grupo ou de uma organização: controle; motivação; expressão emocional; e, informação.

(ROBBINS, 2006.)

Nesse sentido, considere os seguintes cenários: (1) funcionários são informados de que devem atender a hierarquia, seguir as orientações e instruções de trabalho e adequar-se às políticas da empresa; (2) grupo de trabalho hostiliza ou reclama acerca do comportamento ou nível de produtividade de um determinado membro. Diante do exposto, nos cenários apresentados, a comunicação está exercendo a função de:

- A) Controle.
- B) Motivação.
- C) Informação.
- D) Expressão emocional.

Questão 29

As quatro funções básicas – planejar; organizar; dirigir; e, controlar, constituem o chamado processo administrativo e suas atribuições estão apresentadas a seguir:

I. _____	II. _____	III. _____	IV. _____
<ul style="list-style-type: none"> • Definir missão • Formular objetivos • Definir planos para alcançá-los • Programar atividades 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir padrões • Monitorar desempenho • Avaliar desempenho • Ação corretiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Designar pessoas • Coordenar esforços • Comunicar • Motivar • Liderar • Orientar 	<ul style="list-style-type: none"> • Dividir trabalho • Designar atividades • Agrupar atividades em órgãos e cargos • Alocar recursos • Definir autoridade e responsabilidade

Considerando as informações, a associação correta das funções básicas da administração conforme as atribuições é:

- A) I. Controle II. Planejamento III. Organização IV. Direção
- B) I. Direção II. Organização III. Planejamento IV. Controle
- C) I. Organização II. Direção III. Controle IV. Planejamento
- D) I. Planejamento II. Controle III. Direção IV. Organização

Questão 30

A motivação pode ser desenvolvida e reforçada por meio do envolvimento dos funcionários, que se constitui em um processo participativo que utiliza toda a capacidade deles e que tem por objetivo estimular um comprometimento crescente com o sucesso da organização, sendo que, através desse envolvimento nas decisões e do aumento de sua autonomia e controle sobre seu próprio trabalho, eles se tornarão mais motivados, comprometidos com a organização, produtivos e satisfeitos com o emprego.

(ROBBINS, 2006.)

Constitui-se em um tipo de programa de envolvimento dos funcionários:

- A) Círculos de gestão formado somente pelos gestores.
- B) Processo decisório coletivo por meio de gestão participativa.
- C) Plano de participação contributiva a ser efetuada pelos funcionários.
- D) Participação por representação sendo o comitê formado pelos gestores.

Questão 31

As organizações devem manusear bens físicos em seu processo de transformação para revenda ou prestação de serviços; é imprescindível que seja feita a gestão de materiais. Considerando a temática, é correto afirmar que a administração de materiais

- A) possui as funções de aquisição, transporte e distribuição; entretanto, as funções de almoxarifado e estoques não estão sob sua responsabilidade.
- B) não engloba a sequência de operações que se inicia com a identificação do fornecedor na compra do bem e termina em sua distribuição ao consumidor final.
- C) engloba o recebimento do bem adquirido, o transporte interno e o acondicionamento, mas não abrange seu transporte durante o processo produtivo e a armazenagem do produto acabado.
- D) diz respeito à forma como é gerenciada a parte física das organizações; o objetivo é assegurar o fornecimento dos bens necessários à manutenção da operacionalidade da produção.

Questão 32

Os atos administrativos são ações ou manifestações de vontade emitidas pela Administração Pública, com a finalidade de produzir efeitos jurídicos no âmbito do direito administrativo. São essenciais para o funcionamento do Estado e desempenham um papel indispensável nas relações entre a Administração Pública e os cidadãos. Sobre os atributos dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

- A) O primeiro requisito é conhecido como a autoexecutoriedade, que estabelece que os atos administrativos são considerados legais a menos que haja evidência em contrário.
- B) O segundo requisito é a imperatividade, que significa que a Administração pode executar seus próprios atos sem a necessidade de prévia aprovação do poder Judiciário.
- C) A imperatividade é um atributo do ato administrativo que implica que, para cada situação específica, deve ser usado um ato administrativo correspondente e típico, o que, naturalmente, restringe a escolha do administrador quanto ao ato a ser empregado.
- D) A coercibilidade é um atributo que concede à Administração a capacidade de impor penalidades aos administrados por não cumprir os atos emitidos por ela, respeitando o contraditório e a ampla defesa, mesmo que não tenham cometido nenhuma irregularidade, devido ao princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse do particular.

Questão 33

Os atos administrativos podem ser extintos por diversas razões, sendo importante destacar que a extinção de um ato implica o término de seus efeitos e da sua vigência. Existem várias formas de extinção dos atos administrativos, que podem variar de acordo com a natureza do ato e as circunstâncias envolvidas. Sobre a extinção dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

- A) Os efeitos da anulação *ex nunc* são retroativos, ou seja, retroagem até o momento em que o ato foi originado, uma vez que a ilegalidade que o acompanha existe desde a sua criação. Isso naturalmente implica na eliminação de todos os efeitos produzidos até aquele ponto.
- B) No que diz respeito aos efeitos da decisão, eles são considerados *ex tunc*, ou seja, a partir desse momento em diante. Isso ocorre porque até o momento em que a revogação foi realizada, o ato era válido; portanto, todos os efeitos gerados por ele até aquele ponto deverão ser mantidos.
- C) Quanto ao período para a revogação de atos administrativos, geralmente há um prazo fixo, uma vez que sua retirada do sistema legal depende de considerações de conveniência e oportunidade. Portanto, poderá ocorrer a qualquer momento, desde que esteja alinhada com a necessidade do interesse público.
- D) A revogação, embora seja outro método para encerrar atos administrativos, é baseada em critérios de conveniência e oportunidade, afetando, assim, atos previamente considerados legais. Portanto, a revogação, por envolver avaliação subjetiva, é uma prerrogativa exclusiva da Administração, não cabendo intervenção do poder Judiciário nesse contexto.

Questão 34

A Administração Pública possui uma série de poderes que lhe são conferidos para que possa desempenhar suas funções de forma eficaz e em conformidade com o interesse público. Esses poderes são fundamentais para a execução das políticas públicas, a prestação de serviços à sociedade e a manutenção da ordem legal. Em relação aos poderes da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. **Poder de polícia:** se refere à organização hierárquica da Administração Pública, na qual cada nível superior tem autoridade sobre os níveis inferiores. Isso permite a coordenação e a supervisão das atividades administrativas, garantindo a eficiência e a eficácia na execução das políticas públicas.
- II. **Poder disciplinar:** confere à Administração Pública a capacidade de impor sanções disciplinares aos servidores públicos que cometem infrações funcionais. Isso inclui advertências, suspensões, demissões e outras penalidades administrativas, sempre assegurando o devido processo legal.
- III. **Poder regulamentar:** através dele, a Administração Pública pode editar regulamentos e decretos para detalhar e implementar as leis aprovadas pelo poder Legislativo. Esses regulamentos têm a finalidade de orientar a aplicação das normas legais.
- IV. **Poder de discricionário:** é utilizado para regulamentar e fiscalizar atividades privadas e públicas, a fim de garantir o bem-estar da sociedade e a ordem pública. Isso inclui a emissão de licenças, fiscalização de normas de segurança, proteção ambiental, trânsito, dentre outros.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

Questão 35

O controle da Administração Pública desempenha um papel crítico na promoção da transparência, na prevenção da corrupção, na garantia dos direitos dos cidadãos e no funcionamento eficaz do Estado. É uma das características essenciais de uma democracia saudável, assegurando que o governo seja responsável perante a sociedade e cumpra seu papel de servir o bem comum; assinale a afirmativa correta.

- A) É legítima a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo.
- B) Uma das espécies de controle judicial da Administração Pública é o *habeas corpus* que consiste em uma ação judicial que permite que os cidadãos ou organizações questionem atos administrativos que violem seus direitos ou garantias individuais de forma rápida e eficaz.
- C) O controle legislativo é uma das funções essenciais do poder Legislativo, ao lado da função executiva e da representação política. Ele envolve a fiscalização da execução orçamentária, a avaliação de políticas públicas, a análise de contratos e convênios, dentre outras atividades.
- D) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Questão 36

Frederico e Francisco estavam se divertindo à margem de um rio, quando começaram a conversar sobre fatos que aconteceram no passado. Em dado momento, Frederico confessa a Francisco que no Natal do ano passado lhe subtraiu da carteira o valor de R\$ 100,00. Enfurecido, Francisco pega uma pedra e desfere diversos golpes na cabeça de Frederico, com a intenção de matá-lo. Francisco se retira do local acreditando ter matado Frederico que, na verdade, estava apenas desmaiado. Um grupo de pessoas que passava próximo ao rio viu Frederico lesionado e lhe providenciou socorro. Enquanto caminhava carregando Frederico, o grupo foi alvo de um atentado à bomba, vindo todos a óbito em decorrência dos ferimentos sofridos. Considerando que Frederico foi vítima de homicídio, é correto afirmar que Francisco

- A) responderá pela prática de homicídio doloso tentado.
- B) responderá pela prática de homicídio doloso consumado.
- C) não será responsabilizado, pois Frederico faleceu em decorrência de um ataque à bomba.
- D) responderá pela prática de homicídio culposo consumado, pois Frederico não pôde se defender do ataque à bomba devido às lesões que foram anteriormente provocadas por Francisco.

Questão 37

Cornélio exerce cargo de chefia em um determinado órgão público estadual. Maria e José são servidores do referido órgão e estão subordinados diretamente a Cornélio. Em um dia de expediente de trabalho, ao chegar na repartição, Cornélio escutou José proferir contra Maria palavras ofensivas, que configuram, além de crime contra a honra, infração administrativa disciplinar. Além disso, Maria também levou ao conhecimento de Cornélio o fato ocorrido, mas ele não tomou providências por sentir-se apenado com a situação de José. A postura de Cornélio configura crime de:

- A) Prevaricação.
- B) Corrupção passiva.
- C) Excesso de exação.
- D) Condescendência criminosa.

Questão 38

A Resolução nº 2.058/2022 dispõe que coibir o exercício ilegal ou irregular da representação comercial, em conformidade com a legislação vigente, aplicando, nos casos em que se fizer necessário, as sanções decorrentes do poder de polícia, quando restarem comprovadas as infrações pertinentes ao exercício profissional, sem que o infrator saneie as irregularidades apontadas ou apresente defesa que justifique o arquivamento do procedimento fiscalizatório, é:

- A) Ação de fiscalização.
- B) Objetivo da fiscalização.
- C) Estrutura de fiscalização.
- D) Tipo de fiscalização punitiva.

Questão 39

Tendo como base a Lei Federal nº 4.886/1965, compete aos conselhos regionais aplicar ao representante comercial faltoso as penas disciplinares de

- A) advertência sempre sem publicidade.
- B) suspensão do exercício profissional até cinco anos.
- C) cancelamento do registro pelo prazo máximo de seis meses.
- D) multa até a importância equivalente a cem vezes o maior salário-mínimo vigente no estado.

Questão 40

A Lei nº 12.514/2011 dispõe que o valor da taxa de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) não poderá ultrapassar:

- A) R\$ 150,00.
- B) R\$ 350,00.
- C) R\$ 450,00.
- D) R\$ 650,00.

ATENÇÃO



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**







INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos e uma Prova Discursiva apenas para o cargo de Assistente Jurídico.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva – Assistente Jurídico) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 4 (quatro) horas para o cargo de nível superior e 3 (três) horas para todos os cargos de nível médio. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva – Assistente Jurídico).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva – Assistente Jurídico) devidamente assinado em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento dos dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.